

# Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território<sup>1</sup>

**Fernando Mendonça Heck**

Professor do Instituto Federal de São Paulo Campus Avançado Tupã  
e-mail: fernando.heck@ifsp.edu.br

## Resumo

O processo de tecnificação no campo brasileiro data principalmente da década de 1970 e aprofundou o debate da questão agrária no Brasil. A avicultura sofreu significativas transformações técnicas e foi caracterizada como um dentre os exemplos dos “complexos agroindustriais completos”. Desse modo, entendeu-se que as relações camponesas da “economia natural” seriam varridas dando lugar às relações de trabalho assalariadas típicas da “modernização”. Contudo, ao verificar as relações de produção e trabalho no território, temos percebido que os sujeitos sociais na avicultura não são homogêneos e tampouco foram abolidas as práticas baseadas no modo de vida camponês. Além disso, os resultados da pesquisa apontam para a problematização do conceito de “pequeno(a) produtor(a)” na avicultura.

**Palavras-chave:** Avicultura; tecnificação; complexo agroindustrial completo; sujeitos sociais; território.

## Technical transformations in poultry farming and social subjects in the territory

### Abstract

The process of technification in the Brazilian countryside gained importance since the 1970s and has raised the debate on agrarian question in Brazil. Poultry farming has suffered significant technical transformations and it was featured as one of the examples of “complete agroindustrial complexes”. In this way, it was understood that the peasant relations of the “natural economy” would be wiped out and giving rise to the wage earner labor relations typical of “modernization”. However when verifying the production and labor relations in the territory we perceived that the social subjects in poultry farming are not homogeneous and neither have the practices based on the peasant way of life been abolished. In addition, the research results point to the problematization of the concept of “small rural producer” in poultry farming.

**Keywords:** Poultry farming; technification; complete agroindustrial complexes; social subjects; territory.

## Transformaciones técnicas en la avicultura y los sujetos sociales en el territorio

### Resumen

El proceso de tecnificación en el campo brasileño fecha principalmente de la década de 1970 y profundizó el debate de la cuestión agraria en Brasil. La industria avícola ha sufrido cambios técnicos importantes y se ha caracterizado como uno de los ejemplos de lo “complejo agroindustrial completo”. Por lo tanto, se entiende que las relaciones campesinas de la “economía natural” serían barridos dando paso a las típicas relaciones laborales asalariadas

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte das discussões de nossa tese de doutorado orientada pelo Prof. Marcelo Dornelis Carvalho junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP).

de la "modernización". Sin embargo, al comprobar las relaciones de producción y de trabajo en el territorio, nos hemos dado cuenta de que los sujetos sociales en la avicultura no son homogéneos, ni se abolieron las prácticas basadas en el modo de vida campesino. Además, los resultados de la investigación problematizan el concepto de "pequeño(a) productor(a)" en la avicultura.

**Palabras-clave:** avicultura; tecnificación; complejo agroindustrial completo; sujetos sociales; territorio.

## Introdução

Até os anos 1970 a criação e engorda de aves no Oeste do Paraná, e em boa parte do Brasil, não estava restrita à produção de escala industrial. A atividade baseava-se em um sistema de produção familiar no qual as galinhas eram criadas soltas nos quintais das casas (MIZUSAKI, 2009). O autoconsumo dos animais também se configurava como prática usual, comum e importante estratégia de permanência no campo.

Também, era recorrente a venda ambulante de aves vivas que sustentavam uma rede de comercialização que se estruturava por fora da subordinação ao capital de escala industrial. A criação dessas aves se davam por trabalhadores(as) pobres, donos de pequenos pedaços de chão ou roceiros, e meeiros vinculados aos grandes fazendeiros (BOSI, 2011), sendo que a alimentação das mesmas consistia basicamente no grão de milho e o processo de engorda até o abate podia durar mais de seis meses.

Porém, com as transformações engendradas pela maior tecnificação na agricultura, a partir da década de 1970, essas relações sociais sofreram alterações, mas *não deixaram de existir por completo*. As aves que antes eram criadas ao "ar-livre" deram lugar às grandes granjas, a aceleração do tempo de maturação dos frangos foi significativa, pois se anteriormente levava de 6 a 8 meses, agora, com a implantação dos melhoramentos genéticos, reduziu-se para pouco mais de 40 dias. Tudo isso levou também a uma transformação nas relações de trabalho e complexificou o entendimento destas no campo.

Contudo, diferentemente de outras interpretações teóricas<sup>2</sup> sobre a tecnificação da agricultura, entendemos que esse processo não é homogêneo, isto é, destruidor de todas essas relações anteriores que como num passe de mágica deixariam de existir. Com isso, queremos dizer que houve transformações nas relações de trabalho no campo do Oeste Paranaense<sup>3</sup> a partir da tecnificação e das relações de integração, mas estas não eliminaram

<sup>2</sup> Cf. Silva (1996) para um entendimento mais geral e as contribuições de Moreira (2014) para observar estudo mais específico sobre as transformações das relações de trabalho na avicultura.

<sup>3</sup> Municípios que compõem a Mesorregião: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São

as práticas de autoconsumo mesmo com a existência da subordinação da renda da terra ao capital via contratos de integração. Estas continuam tendo vital importância para os(as) camponeses(as) que se integram às cooperativas e empresas de capital privado e, embora alguns as pomenorizem, são centrais para a reprodução diária da família.

Metodologicamente nossos argumentos estão embasados nos trabalhos de campo que realizamos durante os anos de 2014 e 2015, a partir da aplicação de entrevistas baseadas na metodologia da história oral, observação *in loco* em algumas propriedades de avicultores(as), análise documental e de dados secundários, sobretudo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, a existência de quantidade razoável de pesquisas sobre a temática na região, obviamente, se configurou em fonte indispensável para a nossa análise.

Deste modo organizamos a discussão em duas sessões. Na primeira, procuramos problematizar as concepções que desconsideram a existência dos(as) camponeses(as) na avicultura. Para isso, discutimos com a concepção de Silva(1996) sobre os “complexos agroindustriais completos”, os quais representariam a expressão mais acabada da passagem do “complexo rural” para o “complexo agroindustrial”, o que implicaria na dissolução das características camponesas da “economia natural”. Nosso principal argumento, que não é necessariamente uma novidade, referencia-se nas concepções de Luxemburg (1984), Oliveira (2007), dentre outros, sobre o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que acaba por criar e recriar as relações não-capitalistas como parte de sua dinâmica de reprodução ampliada. Já no segundo item, o debate se dá tematizando as distintas inserções sociais na integração avícola, pois defendemos que não é possível afirmar a existência de um sujeito social homogêneo nesta atividade. Além disso, é nesta seção que problematizamos o conceito de “pequeno(a) produtor(a)” e sua inviabilidade para compreender os distintos sujeitos sociais na avicultura, já que a utilização deste conceito pode homogeneizar sujeitos com distintas inserções sociais no âmbito da sujeição da renda da terra.

### **A permanência das relações camponesas no “complexo agroindustrial completo” da Avicultura**

Sem dúvida, a avicultura, dentre as inúmeras atividades produtivas no campo brasileiro, sofreu profundas transformações técnicas que impactaram nas relações sociais de trabalho. Silva (1996) concluiu, em tese amplamente discutida, que a industrialização da agricultura acarreta na destituição do(a) trabalhador(a) como agente ativo e controlador do

---

José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

processo de trabalho, isto é, transforma-se em assalariado rural, processo este que ocorre, com maior evidência, no que chamou de “complexos agroindustriais completos” ao qual vincula-se, no seu entendimento, a avicultura. Assim, a destituição dos modos de vida camponeses “ultrapassados” são ressignificados para práticas “modernas” de vinculação da produção aos grandes complexos agroindustriais.

Isso porque, na visão deste autor, houve a passagem, no Brasil, do complexo rural para o complexo agroindustrial, sendo que o segundo indica a existência de uma agricultura cada vez mais dependente da tecnologia para existir. Na sua concepção, o primeiro era “fechado em si mesmo” com uma incipiente divisão do trabalho e um D<sup>1</sup> (departamento 1) assentado em bases artesanais, em outras palavras, uma economia natural. Já com o processo de tecnificação da agricultura iniciado nos anos 1960, cria-se as bases para a industrialização da agricultura que desenvolve o D<sup>1</sup> ao ponto de tornar a agricultura absolutamente dependente da tecnologia. Esse processo foi profundamente incentivado pelo Estado e se deu pela mediação do capital financeiro na agricultura, sobretudo pela concessão de crédito para compra de insumos e máquinas, propiciadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e pelas políticas de agroindustrialização, a partir dos fundos de financiamento. Assim, configura-se a “indústria para a agricultura” e a agricultura subordinada à indústria, que se expressa nos “complexos agroindustriais completos”. Em suas palavras:

Um complexo agroindustrial completo e integrado, por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho-rações-produção avícola-carne industrializada) ou no caso do açúcar e álcool (equipamentos para usinas e destilarias – cana – usinas de açúcar e álcool), isto é, pode-se identificar uma cadeia de atividades fortemente relacionadas e com dinamismo próprio, formado por um “tripé” (D<sup>1</sup> para a agricultura/atividade agrícola/agroindustrial (SILVA, 1996, p.35-36).

Deste modo, a existência das relações camponesas, ou seja, o modo de vida e a prática social assentadas no território (FABRINI, 2007), são desconsiderados e reduzidos às questões “menores” e que seriam varridas com a hegemonia da “moderna” agroindustrialização. Este processo social, além de “varrer” do campo as práticas camponesas e ressignificá-las, foi entendido, por Silva (1996), como modernização dolorosa. Sua assertiva consistiu, sobremaneira, em reviver boa parte dos entendimentos, pautados por Lênin (1982), quando estudou a desintegração do campesinato russo e de boa parte da compreensão de autores marxistas sobre a “necessidade” de dissolução das relações sociais pré-capitalistas.

A tese leninista partia da premissa na qual o protagonismo da revolução socialista é do proletariado, que seria o fenômeno progressista frente às relações servis e do trabalho camponês (LÊNIN, 1982). Por isso, seu estudo do campo russo, compreende que o campesinato estaria se desintegrando, formando de um lado os camponeses(as) ricos

(pequena-burguesia) e os camponeses(as) pobres, aos quais restaria a proletarização. Quer dizer, o fim do campesinato e das relações pré-capitalistas feudais é fundamental para os leninistas<sup>4</sup>.

É a partir dessa concepção que, a nosso ver, José Graziano da Silva aponta tendências gerais para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: a passagem de uma economia natural para economia na qual as atividades agrícolas são integradas à indústria. Conseqüentemente, esse processo histórico estaria ligado ao desenvolvimento do mercado interno assentado na intensificação da divisão social do trabalho (separação entre cidade-campo), acabando nesse primeiro momento com as relações pré-capitalistas como a ligação manufatura-agricultura. Ao mesmo tempo, esse processo cria uma nova reunificação da agricultura e da indústria, com um novo viés.

Em síntese, nos complexos agroindustriais, para os entendimentos referenciados em Silva (1996), a existência das relações camponesas é excluída da análise e tornada irrelevante. Se constatada, tornam-se resíduos em via de extinção ou, a partir do grau de integração ao mercado capitalista, assalariados disfarçados (OLIVEIRA, 2007). No entanto um questionamento possível dessa postura analítica é verificar se de fato são excluídas sumariamente as existências típicas do modo de vida camponês por negligência intencional do pesquisador ou se estas realmente deixaram de existir no campo, mesmo nos supostos “complexos agroindustriais completos”, como é o caso da avicultura.

Neste sentido, para o(a) geógrafo(a) é de extrema importância compreender as relações sociais que se fundam no território a partir dos sujeitos sociais. Mais do que isso, especificamente aos camponeses(as), é fundamental apreender suas estratégias de produção que nem sempre estão completamente integradas aos grandes complexos agroindustriais e que são fundamentais para existência da família e a permanência na terra (autoconsumo, ajuda mútua etc.). Aspectos fundamentais para entender a existência camponesa na avicultura e que, além disso, representam resistências desse modo de vida mesmo nos “complexos agroindustriais completos”. Como narra uma avicultora sobre a relevância desse tipo de produção:

Apreendi com os meus pais, se o colono<sup>5</sup> quer ficar na roça, o segredo é plantar para consumo, pois assim não precisa comprar quase nada de alimentos no mercado, porque tem de tudo na propriedade (STORTI, 2010, p.69).

<sup>4</sup> Em suas palavras: “confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista” (LÊNIN, 1982, p.374).

<sup>5</sup> É comum os proprietários rurais tratarem-se como “colonos”, contudo, esse é um conceito problemático e que homogeneiza realidades e sujeitos sociais distintos no campo da região. Segundo Moreira (2014, p.36) “a designação refere-se aos proprietários rurais que se deslocaram para a região Oeste do Paraná a partir da década de 1950 e compraram suas propriedades das empresas ‘colonizadoras’. Os ‘colonos’ foram construídos pela memória e história locais como ‘pioneiros’ que ‘desbravaram’ as florestas e forjaram o ‘desenvolvimento regional’. As narrativas míticas e laudatórias expressam a ocultação histórica dos diversos sujeitos que habitavam a região no período anterior a 1950”. Ver também essa discussão em Varussa (2014).

Tais relações não foram extintas por completo e não se tratam de meras atividades irrelevantes, conforme narrou a camponesa. Nesse sentido, em nossos trabalhos de campo, ao visitar e entrevistar avicultores vinculados à produção integrada de frangos também constata-se o cultivo de culturas para autoconsumo (Figura 1). Assim, as indicações narradas pela camponesa, sugerem que estas produções de autoconsumo não parecem ser irrelevantes para existência da família no âmbito da produção integrada à avicultura, pelo contrário, assumem papel importante para reprodução camponesa e permanência na terra.

Além disso, Storti (2010) mostra uma grande diversidade de frutas, legumes e criação de animais para o consumo da família em propriedades de avicultores integrados à Cooperativa Agroindustrial Copagril, de Marechal Cândido Rondon (PR), produções estas que têm um papel muito importante para a reprodução da família. Coelho e Fabrini (2014), estudando o papel da agricultura de autoconsumo no Oeste Paranaense, tecem a seguinte consideração:

As estratégias camponesas como a produção de subsistência e autoconsumo não negam por completo a lógica da produção capitalista. Como os camponeses são sujeitos criados e recriados no contexto de expansão do capitalismo na agricultura, em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo (COELHO e FABRINI, 2014, p.85).

Figura 1 - Horta para autoconsumo da família ao fundo vista para o aviário – Cerro da Lola distrito de Toledo (PR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

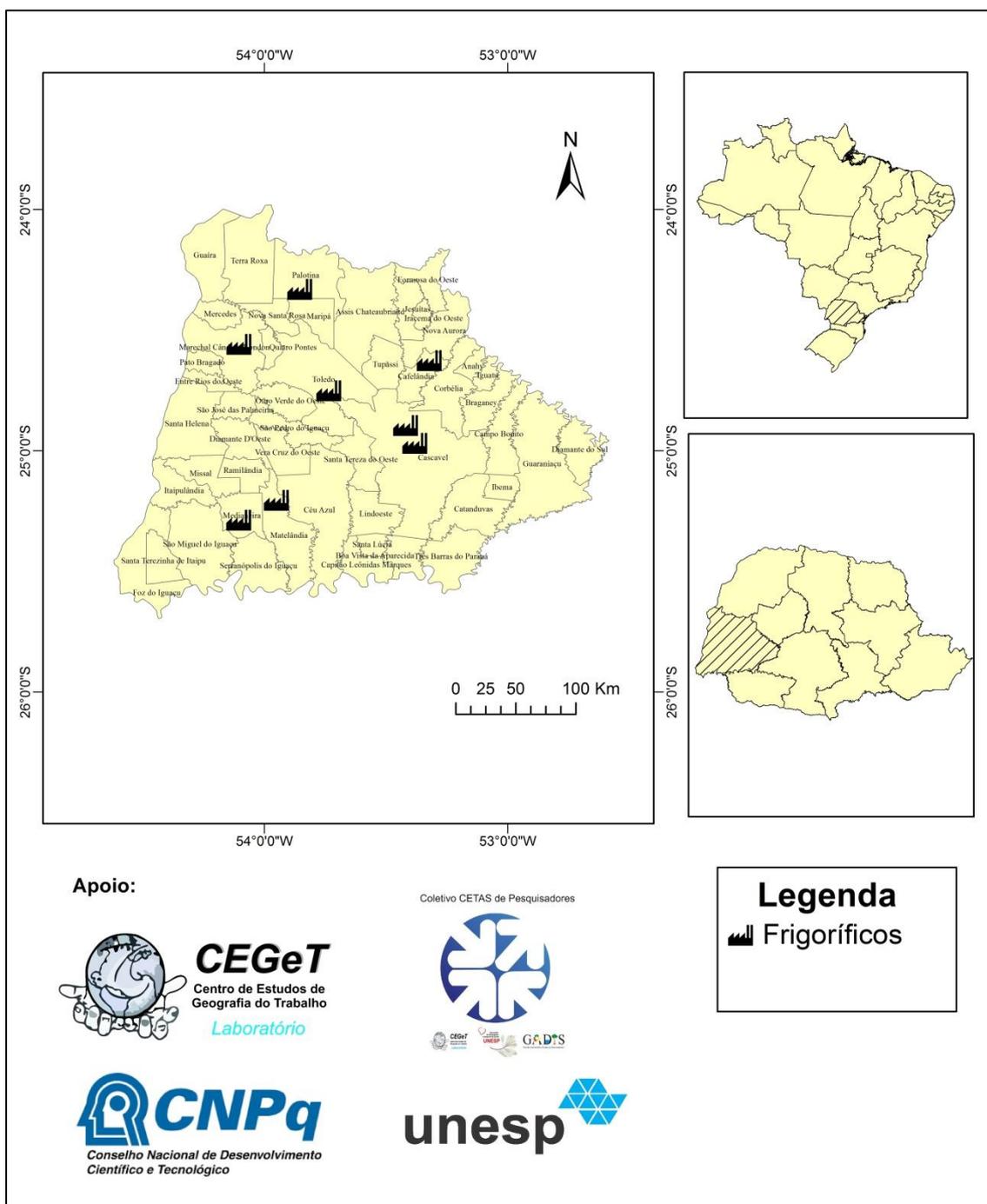
Mesmo que não negue necessariamente na completude a lógica capitalista, a produção de autoconsumo é parte das relações camponesas, portanto, não capitalistas,

recriadas pela lógica contraditória e desigual do desenvolvimento capitalista e que se encontram presentes na avicultura. Esse olhar assentado na leitura do território permite compreendê-las e enxerga-las, sem pormenoriza-las e “varre-las” da existência social dos(as) camponeses(as) no território.

Nesse sentido, cremos que as transformações técnicas na avicultura e seus impactos nas relações sociais não podem ser entendidos de forma homogênea. Ou seja, não é possível constatar que se está, na avicultura, diante da existência de assalariados disfarçados ou de agricultores familiares fortemente integrados ao mercado e distantes das características do modo de vida camponês. Acreditamos que, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, isto é, no seu processo de reprodução ampliada, além da redefinição das antigas relações de produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução, uma espécie de acumulação primitiva permanente (OLIVEIRA, 2007).

Deste modo, esse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo se caracteriza na sujeição da renda da terra ao capital, pois assim, pode subordinar a produção camponesa. Isso se dá nos contratos de integração com a avicultura, porém, o trabalho familiar e o controle da propriedade ficam em mãos dos(as) camponeses(as), sendo que, práticas de produção alternativas, como o autoconsumo, continuam presentes nas propriedades de avicultores(as) do Oeste do Paraná (Figura 2). Então, não há como excluir da análise as características do modo de vida camponês, mesmo no “complexo agroindustrial completo” da avicultura, contudo, a presença das relações camponesas não é uniforme dentre os(as) avicultores(as).

Figura 2 – Localização Oeste do Paraná, municípios e sede dos frigoríficos



Por isso, não entendemos que os sujeitos sociais do campo, que estão ligados às agroindústrias avícolas pelos contratos de integração, apresentam características homogêneas. Isto é, nem todos são “pequenos burgueses” simplesmente pelo fato de possuírem a propriedade da terra. Ou ainda, apenas, “proprietários fundiários”, “pequenos(as) produtores(as)”, conceitos que obliteram uma visão mais aprofundada destes sujeitos sociais.

## **A heterogeneidade do sujeito social avicultor(a) e os limites do conceito de “pequeno(a) produtor(a)”**

Há, no Oeste do Paraná, muitos camponeses(as) que têm no trabalho da família a garantia da sua renda, mesmo entrando na relação de subordinação da renda da terra ao capital avícola. Por outro lado, não há somente um camponês(a) pequeno proprietário fundiário, que utiliza exclusivamente a mão de obra da família na avicultura na terra de trabalho (MARTINS, 1980). Existem também outras relações, como a firma de contratos de “parceria<sup>6</sup>” entre avicultores(as) e trabalhadores(as) que cuidam dos aviários, contratação de mão de obra assalariada permanente e mais recentemente a implantação dos aviários *Dark House*, também conhecidos como modal<sup>7</sup>, o que denota a existência de pequenos capitalistas também atuantes na avicultura.

Contudo, em ambos os casos é importante levar em consideração as observações de Oliveira (2010, p.8), pois “o que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital tanto na pequena propriedade quanto na grande”. Tal afirmação nos remete a necessidade de pensar que entre os(as) avicultores(as) há distintos proprietários de terra (camponeses(as) e pequenos capitalistas), ambos tendo a renda subordinada ao capital, porém são sujeitos sociais distintos e que não podem ser entendidos de forma homogênea. Aliás, cremos que seja essencial a preocupação em desvendar os distintos sujeitos sociais na produção integrada de aves para de fato compreendermos quem são os(as) trabalhadores(as) do campo no âmbito da produção e abate de frangos no Oeste Paranaense.

Mizusaki (2009) é uma referência para entender que na avicultura coexistem camponeses(as) e pequenos capitalistas. Na sua pesquisa ela mostra como não há uma relação homogênea entre os perfis dos avicultores que se integram às indústrias avícolas do Mato Grosso do Sul e, por isso, diz acertadamente: “(...) a territorialização do capital industrial na avicultura em Mato Grosso do Sul apresenta várias faces” (MIZUSAKI, 2009, p.281).

É a mesma afirmação de Belusso (2010), em sua tese de doutorado, embora com outra perspectiva teórica<sup>8</sup>. Desta forma, há desde o avicultor com pouca terra, que se baseia

<sup>6</sup> Contratos firmados entre avicultores com trabalhadores(as) assalariados que efetivamente laboram na atividade cotidiana a troco de um salário. São, em geral, uma forma dos avicultores pequenos capitalistas fugirem das responsabilidades trabalhistas, pois, aparentemente contratam esses trabalhadores(as) como “sócios”. Porém, em geral pagam percentuais menores do que o previsto pela legislação, e, por vezes não fecham qualquer acordo formal com estes trabalhadores(as). Ou seja, trata-se de uma relação de assalariamento e não da condição de sócios. Ver mais em Moreira (2014) e Mello (2013).

<sup>7</sup> São projetos atuais que consistem na instalação de quatro aviários com capacidade de alojar mais de 30 mil frangos e que exigem alto investimento inicial, na esfera dos milhões de reais, representando o que há de mais avançado em termos da tecnologia nesse tipo de produção.

<sup>8</sup> Esta autora coloca os conflitos entre os integrados e cooperativas, menciona o trabalho intenso e repetitivo nos frigoríficos, mas mesmo assim conclui que a geração de empregos é o lado positivo desse processo. Ou ainda, no caso específico da sua pesquisa, quando trata da relação contratual entre produtores e agroindústrias, afirma que esta é preenchida pela relação cooperativista, o que significaria que o integrado é associado e tal especificidade, segundo ela, evidenciaria “efeitos positivos sobre a melhoria de renda e a qualidade de vida dos produtores” (BELUSSO, 2010, p.178). A subordinação da renda da terra e a exploração do trabalho, embora mencionados,

no trabalho somente da família (camponês) até aquele que, com algum acúmulo de capitais (pequenos capitalistas), caso dos profissionais liberais e funcionários(as) públicos que investem na avicultura, não moram no campo e geralmente contratam trabalhadores(as) assalariados para cuidar das granjas, dentre outros exemplos.

Além disso, uma particularidade da avicultura é que o fato de possuir poucos hectares de terra não significa necessariamente que se trata de um “pequeno produtor”. Deste modo, partir de um limite máximo de hectares para considerar a pequena produção pode mascarar outras relações sociais, pois um grande avicultor com domínio de vários aviários e emprego de trabalho assalariado, não precisa, necessariamente, se transformar em latifundiário e dominar grandes extensões de terra. Essa indicação encontrada no trabalho de Mizusaki (2009) torna ainda mais complexa a compreensão do sujeito social avicultor, bem como, coloca em questão tal denominação, pois não se trata de “especialistas” que têm dedicação exclusiva à avicultura.

Igualmente, é necessário explicar porque partimos do conceito de monopolização do território para entender a atividade da avicultura. A formulação original é de Oliveira (2010<sup>9</sup>) e apoia-se no entendimento de que na relação agricultura-indústria o capital industrial atua predominantemente na esfera da circulação, subordinando a renda da terra como forma predominante no campo brasileiro, embora existam exceções<sup>10</sup>. Isso significa que ao se expandir no campo, o capital tem de pagar um tributo aos proprietários fundiários (grandes ou pequenos) que não são necessariamente expropriados da terra. Essa parece ser a característica da relação de “integração” presente na avicultura e outros setores<sup>11</sup>. Segundo Martins (1980, p.51):

Nestes casos embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjugam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra.

Esse processo foi denominado por Martins (1980) de sujeição da renda da terra ao capital que ocorre tanto na pequena quanto na grande propriedade (OLIVEIRA, 2010). Por subordinar a renda oriunda da terra que continua em mãos dos proprietários, trata-se de um processo de monopolização do território, pois estes ficam com o controle da propriedade não

---

não são centrais no argumento da autora, pois a perspectiva é apontar que, apesar desses problemas existirem, é preciso perceber o “lado positivo” do cooperativismo.

<sup>9</sup> O texto original data de 1981 e foi disponibilizado, em formato digital, pela edição da Revista *Campo-Território* em 2010.

<sup>10</sup> Como é o caso, por exemplo, da unificação da figura do proprietário de terras e do capitalista, que permite extrair o lucro e a renda da terra, como é o caso da cana, laranja, eucalipto etc. O que não é o caso da avicultura e suinocultura desenvolvida no Oeste do Paraná.

<sup>11</sup> Porém, é importante lembrar que há experiências recentes como em Goiás onde se utilizam engorda de frangos em aviários pertencentes às próprias empresas (CARVALHAL, 2014).

sendo expropriados da terra. Essa realidade é encontrada com relevância no campo brasileiro, o que não nos autoriza tratar o tema a partir da presença majoritária do trabalho assalariado, mesmo com a expansão das relações de produção capitalista.

No caso específico da avicultura no Brasil, a sujeição da renda da terra apresenta-se como uma “alternativa” utilizada por distintos produtores como os(as) camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas. Estes últimos não necessariamente são proprietários de grandes extensões de terra, mas sim, de vários galpões para alojamento de aves/suínos. Ambos continuam proprietários da terra o que confere validade ao conceito de monopolização do território. Também coloca o desafio necessário de compreender as distinções entre a sujeição da renda da terra trabalhada pela família daquela com o emprego direto de trabalho assalariado.

Nesses dois casos, os objetivos ao adentrar na avicultura são distintos. O pequeno capitalista entra na avicultura com o intuito de obter lucro o que é diferente do(a) camponês(a) que tem o objetivo da satisfação das necessidades da família. O primeiro emprega o trabalho assalariado e o segundo tem o trabalho da família. Isso gera diferenças importantes no total da renda obtida com a avicultura, pois no primeiro caso a atividade pode tornar-se “desinteressante” devido à monta dos custos de produção individual<sup>12</sup>. No segundo, embora a avicultura não seja nenhum atrativo excepcional e os custos sejam altos, a não inclusão do custo da mão de obra é um importante diferencial a favor da permanência dos(as) camponeses(as)<sup>13</sup> nessas atividades. É isso que os dados do Censo Agropecuário de 2006 parecem nos indicar quando apontam para a importante presença do trabalho familiar na avicultura no Oeste Paranaense (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos, número de cabeças de frango e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006)

	Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar	Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar	Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar	Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar
<b>Só mão-de-obra familiar</b>	83,61	26,21	72,27	14,94
<b>Mão-de-obra familiar e empregado temporário</b>	5	3,44	4,65	1,52

<sup>12</sup> Investir em apenas um galpão de alojamento de frangos pode ser pouco rentável para o pequeno capitalista, pois, os custos de produção incluirão a manutenção, por exemplo, do trabalho assalariado, o que não ocorre com os avicultores camponeses(as). Ver o trabalho de Mizusaki (2009) especificamente a página 304 e 310 onde ela compara os custos de produção e rendimento para um aviário com emprego de mão de obra assalariada e outro na unidade de produção camponesa.

<sup>13</sup> Ver as comparações realizadas por Mizusaki (2009) com relação à renda obtida em propriedades de pequenos capitalistas e camponeses(as) (p.304; 310 e 313). Para compreender adequadamente esses exemplos utilizados pela autora é necessário, minimamente a leitura de todo o capítulo 6 da sua tese de doutorado (obviamente o ideal é a leitura na íntegra do trabalho).

Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	2	25,49	8,19	33,12
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	5,13	3,77	9,55	2,93
Mão-de-obra familiar e demais combinações	4,26	14,5	5,34	30,15
Não identificado	-	26,59	-	17,34
<b>Total</b>		100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário, 2006.

A alta concentração do número de estabelecimentos e cabeças de aves na “agricultura familiar<sup>14</sup>” que se utilizam somente da mão de obra da família é relevante. O que é diferente com a “agricultura não-familiar” onde o trabalho somente da família não é a maioria dos casos. Tais informações são indicativos da heterogeneidade do sujeito social avicultor(a) e das relações de trabalho no campo do Oeste do Paraná.

Se por um lado, percebe-se, a partir do trabalho de Storti (2010), que não há a eliminação completa das características da produção camponesa na avicultura, sendo que o trabalho da família e a produção para o autoconsumo continuam presentes, não é crível considerar que este seja o “perfil” homogêneo dos avicultores de toda a região. Esse parece ser um limite do trabalho desta autora, pois mesmo os dados da Tabela 1 e a pesquisa de Mizusaki (2009), realizada no Mato Grosso do Sul, apontam para a presença de camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas na avicultura.

Moreira (2014) é quem investiga outras relações sociais de trabalho presentes na avicultura do Oeste Paranaense. O autor critica a literatura que investiga o trabalho dos avicultores na região afirmando que, embora reconheçam alterações no modo de viver pressionadas pela intensificação capitalista, se limitam a olhar para a realidade a partir de imagens nostálgicas de um viver no campo “(...) identificando resíduos de relações sociais e modos de vida ‘camponeses’ (...)” (MOREIRA, 2014, p.46). A sua concepção de campesinato parece ser aquela formulada por Eric Hobsbawn e George Rudé<sup>15</sup>, para a realidade inglesa

<sup>14</sup> Esse é o conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseado na Lei nº 11.326. Porém, utilizamos as aspas para indicar certa ironia, já que a implicação política do conceito “agricultor familiar” ou “empreendedor familiar rural”, dentre outros, consiste em considerá-lo sujeito integrado à “modernidade” capitalista enquanto que o camponês consiste naquilo que seria ultrapassado e arcaico tendo a necessidade de ser superado. O que o termo agricultor familiar também tem o intuito de apagar o papel político que o campesinato representou nas lutas políticas brasileiras, como as Ligas Camponesas e no próprio estado do Paraná com a Revolta dos Posseiros de 1957. Por isso, tenta-se forjar um conceito “novo” para apagar da memória esse contexto de luta dos camponeses(as) no Brasil. Algo parecido ocorre com o conceito de “latifundiário” que agora foi substituído por “empresário rural” que tem o intuito político de transformar o imaginário social negativo do latifúndio na sua ligação com as mortes de camponeses(as), com o coronelismo e as desigualdades sociais no país, para uma leitura de “produtividade”, “classe produtiva” dos “agronegócios” que forja uma visão positiva sobre a classe dos grandes proprietários fundiários.

<sup>15</sup> O autor cita o livro *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

do século XIX, de famílias que vivem do seu próprio trabalho ou ocupantes de um pedaço de terra (posseiros) que produziam para a subsistência.

Nessa concepção o campesinato só pode existir no capitalismo como resquício de relações sociais, pois não é entendido como uma realidade criada e recriada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, ou seja, é uma relação social “de fora” do capitalismo. Assim, por exemplo, as produções de autoconsumo que têm significado importante para a família camponesa são encaradas como resíduos, sem muita importância para a análise teórica<sup>16</sup>. Prevalece a observação da subordinação da produção ao agronegócio e que nesse sentido oblitera a compreensão das relações não-capitalistas como o autoconsumo, bem como, a lógica da reprodução social da família. Esses elementos que, para Carvalho (2010), são importantes para compreensão dos(as) camponeses(as) contemporâneos, são negligenciados pela sua submissão via relações de integração ao capital agroindustrial.

Como no Oeste do Paraná essa agricultura de “subsistência” e baseada no trabalho da família aparece ligada às produções “integradas” às indústrias (leite, aves, suínos, etc.) e ao agronegócio, bem como, o trabalho da família não é satisfatório e necessita de contratação do trabalho assalariado, na avaliação de Moreira (2014): “a utilização do conceito de ‘camponês’ como forma de descrever e localizar espacialmente aonde vive e trabalha não é suficiente para afirmar a existência do camponês enquanto classe que se opõe aos interesses de outrem” (MOREIRA, 2014, p.45-46). O autor conclui:

Na verdade, hegemonicamente, os pequenos proprietários agropecuaristas assumem sua condição de proprietários da terra e defendem uma posição política que os aproximam da burguesia agroindustrial, não divergem do agronegócio e da agroindústria, pois estão inseridos na cadeia produtiva e dela não querem se excluir (MOREIRA, 2014, p.46).

Tais argumentos estão embasados nas investigações empíricas do autor sobre o campo do Oeste Paranaense e nas entrevistas com avicultores por ele realizadas. Nestas, ele percebeu que as famílias tem deliberadamente contratado mão de obra assalariada nas propriedades e cita o caso da trabalhadora Loreci, que possuía apenas um aviário de 13,7 mil aves, o que fez com que o marido buscasse trabalho fora da pequena propriedade. Também, constatou a presença, naquelas propriedades com pelo menos mais de 3 aviários, dos “trabalhadores da avicultura” – os mesmos que Mizusaki (2009) chama de “granjeiros” – que são contratados pelos avicultores para realizar o trabalho nos aviários em troca de um salário

---

<sup>16</sup> Chayanov (1975) problematiza essa perspectiva teórica colocando que a maioria da produção agropecuária não se baseia em relações tipicamente capitalistas. Em suas palavras: “En el pensamiento económico no podremos avanzar tan solo con las categorías capitalistas, porque una región muy vasta de la vida económica (la parte más grande del área de la producción agrária) se basa, no en una forma capitalista, sino en la forma completamente diferente de una unidad económica familiar no asalariada” (CHAYANOV, 1975, p.1).

que é calculado geralmente entre 10 e 20% da produção do lote de frangos, abaixo do previsto pelo Estatuto da Terra que é 25%<sup>17</sup>.

Nesses casos, são celebrados entre avicultor e trabalhador da avicultura os contratos de “parceria” colocando-os na condição de “sócios”. Mas, tem razão Moreira (2014), quando argumenta que tais contratos buscam brechas na legislação para desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos(as) trabalhadores(as), pois se trata de assalariamento e não de condições de sócios. No entanto, tais situações acontecem com os avicultores que possuem uma quantidade maior de galpões de aves, isto é, aqueles que têm se transformado em pequenos capitalistas, no nosso entendimento. Ou seja, não concordamos com a tese de Moreira (2014) na qual parece ser essa uma característica comum e homogênea aos produtores integrados às agroindústrias. Cremos que essas características representam parte da realidade social dos “integrados”, mas não a sua generalização. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE parecem problematizar tal argumento e realçar o papel do trabalho somente da família, como uma dimensão importante nas atividades de engorda de aves.

Além disso, a experiência de Carlos<sup>18</sup> questiona a ligação política entre os “pequenos proprietários” e a defesa de uma posição política aproximada da burguesia agroindustrial. Dono de 15 hectares de terra, em Toledo (PR), e que tem no trabalho familiar a centralidade da sua produção, cria juntamente com seu filho, nora e esposa dois galpões de aves e um de engorda de suínos. A sua percepção sobre o trabalho nessa atividade não é nada parecida com o *marketing* empresarial e ressalta que “viver só de plantação não dá”, motivo pelo qual vinculou sua produção a Brasil Foods. Ao longo da nossa entrevista as expressões “nós somos escravos”, as críticas constantes aos técnicos das empresas e até mesmo direcionadas à associação de avicultores, considerada por ele como “fraquinha”, não parece ser uma narrativa solitária no conjunto do Oeste do Paraná. Também não aparenta ser a reprodução do posicionamento de defesa da burguesia agroindustrial, muito embora ele continue inserido na cadeia produtiva do frango.

Sobre a continuidade na condição de integrado, isto é, permanecer ligado à cadeia produtiva e dela não querer sair, pensamos que a questão seja mais complexa e que não se trata de “opção”. Nem, tampouco, somente de resistência camponesa para permanência na terra de trabalho. A nosso ver, é uma condição imposta pelas empresas e cooperativas a partir da prática do constante endividamento, motivado principalmente pelas alterações tecnológicas nos galpões destes integrados. Como condição ímpar de manter estes sob seu controle e domínio, já que caso porem de alojar os frangos as dívidas acumuladas com o

<sup>17</sup> Cf. MOREIRA (2014) ou ver a íntegra do Estatuto da Terra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em 08 nov. 2016.

<sup>18</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios e as narrativas que utilizamos na íntegra no artigo foram transcritas a partir das gravações que foram autorizadas pelos mesmos.

capital financeiro são consequência direta<sup>19</sup>, com implicações drásticas para a família inclusive perder a própria terra. Tal sujeição é também sentida de forma diferente entre o conjunto dos(as) “avicultores(as)”.

Deste modo, é preciso um brevíssimo exemplo histórico para evidenciar os diferentes sentidos das implicações dos investimentos em tecnologia. De galpões quase na sua completude manuais no início da década de 1980 – período em que essas atividades tomam impulso na região – alterou-se para padrões semi-automáticos e totalmente automatizados. Por exemplo, os comedouros e bebedouros que necessitavam nos galpões de aviários do trabalho manual, na atualidade são difíceis de encontrar, pois já se encontra o sistema automático. Porém, tais transformações foram assim colocadas por Bruno:

(...) e uma das maneiras, isso não está explícito em lugar nenhum, mas uma das maneiras da empresa ter o produtor na mão é sempre exigir investimento. Se você conversar com o pessoal da avicultura, você nunca vai ter o produtor sem dívida. A hora que terminou de instalar um exaustor já vem um nipple novo, terminou de instalar esse nipple, já tem um comedor mais moderno. Você nunca vai ver, ah! esse aviário está construído há dez anos e está idêntico como foi construído. Só que isso não está explícito, mas é o que a gente percebe no dia a dia e a engorda (*de suínos*) está se caminhando dessa forma ainda não é tão exigente, mas já estamos chegando lá (informação verbal, *grifos nossos*).

O receio com relação às dívidas acumuladas é o que pode explicar também a permanência na engorda de aves, a manutenção da monopolização do território pelo capital. Assim, os constantes investimentos tornam-se uma ferramenta de exercício do controle e dominação do capital agroindustrial avícola. Ao mesmo tempo esse processo de dominação, pode inviabilizar a engorda de frangos para os avicultores camponeses(as), pois se por um lado estes têm menores custos de produção por contar apenas com a mão de obra da família, por outro, quando solicitados para a construção de novos galpões, possuem pouquíssimos recursos para implementá-los, sobretudo porque o trabalho da família torna-se insuficiente. É o exemplo de Leonir e Ilário que tinham seu próprio aviário em São Pedro do Iguaçu (PR), e, quando pressionados pela empresa a partir das inovações tecnológicas, decidiram abandonar a atividade:

Cintia: o que vocês faziam antes? Leonir: a gente tinha o nosso próprio aviário em São Pedro né, só que daí era uma... daí começa a inviabilizar né num... Cintia: daí o que aconteceu? Leonir: que vira despesa né, porque vira despesa, você tem que ficar investindo, investindo e um já tá... eles nem querem mais um, tem que ter vários aviários né (MELLO, 2013, p.27).

<sup>19</sup> É diferente, por exemplo, dos operários nas indústrias de abate de aves e suínos que tem mantido um movimento constante de rotatividade, um verdadeiro movimento de rejeição ao trabalho. No caso dos avicultores e suinocultores na relação de integração, desistir dessa é mais complexo, pois envolve ficar diretamente endividado com o banco. Por isso, o fato de permanecerem na relação de integração não é mera opção, há sérias consequências econômico-sociais ao abandoná-la e as empresas usam isso a seu favor como estratégias de dominação.

A narrativa de Leonir é uma das evidências de que as alterações de tecnologia além de impactar de forma diferente o conjunto dos(as) avicultores(as) pode conduzir também a expropriação da propriedade. Contudo, esse é um conceito a ser entendido mais como um problema do que um processo cabal, já que Leonir e Ilário continuam trabalhando na avicultura, mas não enquanto proprietários de galpão com aves, e sim na condição de trabalhadores(as) assalariados(as) de outro avicultor. Por conseguinte, nunca é demais lembrar, as informações do IBGE não são irrelevantes quando preveem mais de 80% dos estabelecimentos com aves nos quais existe somente o trabalho da família. Ao que parece a expropriação e a manutenção na propriedade da terra são elementos que se combinam contraditoriamente no Oeste Paranaense.

Mas, a experiência de Leonir representa uma clara transformação nas relações de trabalho vivenciada pelos trabalhadores(as), pois saíram da condição de proprietários da terra para a de assalariados, embora permaneçam no campo. Tal processo contribui para problematização da noção de “avicultores(as)” ou “pequenos produtores(as)”, pois estas homogeneizam uma realidade heterogênea marcada pela inserção diferenciada dos sujeitos sociais na avicultura. Parece-nos, então, que estamos frente a um complexo processo de *diferenciação* e as pesquisas devem levar esse aspecto em consideração sob pena de negligenciar a realidade objetiva do trabalho na avicultura do Oeste Paranaense.

Por isso, pensamos que temos relações contraditórias de monopolização do território onde se destacam a unidade familiar de produção camponesa, e daí todas as relações não-capitalistas decorrentes, bem como, a presença de pequenos capitalistas do campo. Expliquemos com mais um exemplo.

Carlos, integrado à BRF e que tem na mão de obra da família a fundamentação das atividades laborais em sua propriedade certamente não tem as mesmas condições econômico-sociais que outro avicultor, patrão do senhor José Marcioto (trabalhador de aviário), e que foi entrevistado por Mello (2013). Seu José, por exemplo, é contratado como “parceiro”, sem qualquer registro em carteira ou direitos trabalhistas, dispondo apenas do que foi apalavrado com o avicultor, que é também proprietário de um restaurante na cidade. Ele recebe um salário fixo e a cada dois meses a participação de 20% do lucro líquido no aviário no qual trabalha. Deste modo, percebe-se que são condições distintas de inserção na avicultura, e que colocam Carlos e José numa relação mais próxima do ponto de vistas das relações de produção, pois de fato são eles que laboram nos aviários, e diferente do patrão do senhor José que não trabalha diretamente na atividade.

Quer dizer, estamos frente a um processo no qual os(as) trabalhadores(as) da avicultura são aqueles(as) que têm no trabalho da família a dimensão prioritária da sua reprodução, bem como, os trabalhadores(as) assalariados de aviários. Para além das divergências teóricas sobre a existência ou não das relações camponesas, é fato que ambos

(família e assalariados) vivem o trabalho intenso nos aviários da região com o trabalho ininterrupto que foi muito bem demonstrado pela pesquisa de Zen (2009). Diferentemente dos pequenos capitalistas proprietários que se encontram em outra condição nas relações de trabalho.

Creemos que esse é um caminho promissor para entender a classe trabalhadora do campo na avicultura<sup>20</sup> e que nos permite compreender os diferentes papéis dos(as) trabalhadores(as) na esfera da produção, no caso a criação e engorda de aves. Isto é, ambos, família e assalariados, não têm na exploração do trabalho alheio, a partir da extração do trabalho excedente (não pago), a fundamentação central de sua existência nas atividades de engorda de animais, ao contrário dos pequenos capitalistas.

Porém, a tendência atual nas relações de integração para engorda de frangos, está apontando para possível prevalência dos pequenos capitalistas nesta atividade, sendo que, a evidência disso, se assenta na existência do projeto dos aviários *Dark House*, popularmente denominados de “modal/modais”. Ao que parece um dos efeitos iminentes dos modais pode ser o abandono da avicultura por parte dos(as) camponeses(as), já que o custo de investimento é alto e totalmente irreal para o(a) camponês(a).

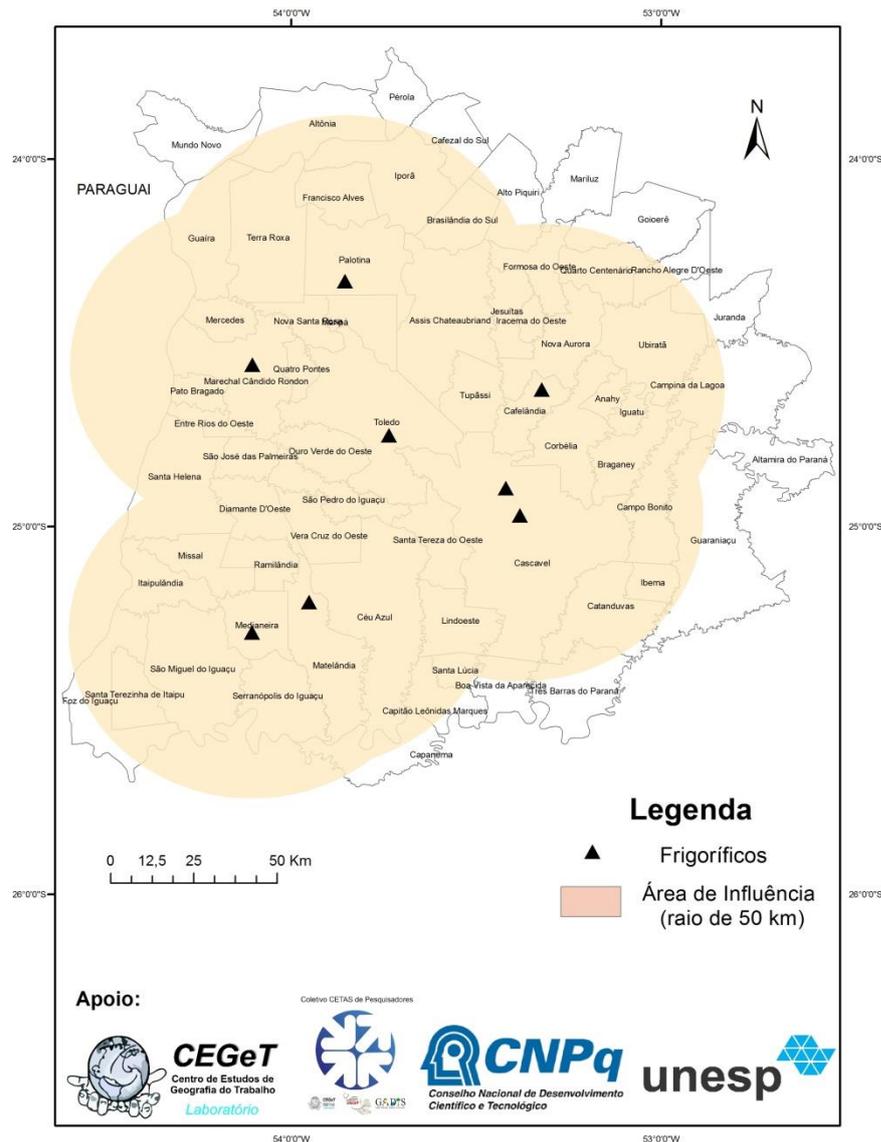
Com investimento de R\$2,5 a 3 milhões de reais, e uma capacidade de alojamento para 135 mil frangos, muito superior aos 22 mil dos galpões convencionais, fica claro que poderá se tornar inviável aos(as) camponeses(as) competirem com os(as) produtores(as) que possuem capital para investir nos modais. Além disso, percebe-se que a opção das empresas e cooperativas em contar com esse tipo de produção se dá na possibilidade de redução de custos, tendência que foi verificada nos debates durante um encontro empresarial realizado em Matelândia (PR), no dia 21 de maio de 2015, do qual participamos.

Tal fato se explica porque as empresas e cooperativas atuam num raio de ação em média de 50 km (Figura 3) e quanto mais próximo os galpões de aves estiverem das empresas é mais vantajoso, por conta dos custos com combustível, condições da rodovia e em alguns casos pedágio. Os modais, na visão empresarial, entram exatamente nessa perspectiva, pois ao invés de ter vários galpões em diferentes avicultores(as), concentram-se, por exemplo, quatro em uma única propriedade, o que reduz significativamente os custos empresariais. Embora os empresários e representantes de empresa, presentes no encontro em Matelândia (PR), tenham mencionado o problema social que isso poderia acarretar, isentam a indústria de culpabilidade, pois é tudo por conta da logística e do ganho na “economia de escala”, e para manutenção do patamar de competitividade da região Oeste do Paraná.

---

<sup>20</sup> Essa é uma das questões centrais da nossa pesquisa de doutorado, que se encontra em andamento, pois temos por intuito compreender a classe trabalhadora do campo e da cidade que estão ligadas a toda cadeia produtiva do frango. Esse tema, obviamente, ultrapassa os limites do presente artigo, mas é importante mencioná-lo, pois está no âmbito do nosso trabalho maior de pesquisa.

Figura 3 – Raio de ação das empresas e cooperativas avícolas do Oeste do Paraná



Essa é uma “novidade” que está em vias de efetivação no Oeste do Paraná e precisa do olhar atento dos(as) pesquisadores(as) comprometidos com as pautas da classe trabalhadora. Os(as) camponeses(as) – entendidos aqui como parte da classe trabalhadora – estão certamente sob fogo cruzado com a expansão do projeto dos modais. A tendência para a permanência apenas dos pequenos capitalistas na avicultura, se ainda não é uma realidade, figura como uma hipótese relevante.

Não é de agora que as estratégias do capital, seja pelo emprego das tecnologias ou por outras formas de reduzir custos de produção, rebatam no desemprego dos(as) trabalhadores(as), e no caso em específico da dificuldade em permanecer no campo, sobretudo para os avicultores(as)-camponeses(as). A ampliação dos modais pelo Oeste Paranaense caminha nessa perspectiva e parece apontar para a avicultura um processo de

diferenciação no qual os(as) avicultores(as) pequeno-capitalistas serão os privilegiados, excluindo os(as) camponeses(as) desse tipo de atividade.

O que permanece é a monopolização do território via subordinação da renda da terra, pois as empresas não têm interesse em tomarem para si a propriedade das terras na região. No que tange às relações de trabalho, nos modais, a lógica é completamente diferente da avicultura praticada na unidade de produção camponesa, pois já se pressupõe o emprego do trabalho assalariado, todavia isso ainda se configura enquanto tendência.

Isso porque, ainda é marcante a presença do trabalho somente da família no campo do Oeste Paranaense. Portanto, mesmo as ações que pressionam os(as) camponeses(as), como a existência dos modais, a nosso ver não se apresentam homoganeamente na realidade. Por isso, não cremos ser equivocado investigar e constatar a presença de camponeses(as) nas atividades da avicultura, ao mesmo tempo em que, seria igualmente um equívoco não perceber o processo de diferenciação que existe entre o conjunto dos avicultores(as), isto é, a presença dos pequenos capitalistas, camponeses e granjeiros.

### **Considerações Finais**

As relações sociais que conferem distintos usos e apropriações do território são fundamentais no trabalho de pesquisa do(a) geógrafo(a). Essa tarefa é necessária para que não homogeneizemos a realidade social e os sujeitos que, como vimos no caso da avicultura, são distintos e possuem relações diferenciadas na lida com a terra e na sujeição da renda ao capital agroindustrial. A “leitura” dos usos distintos do território conferidos pelos sujeitos sociais nos permite compreender a heterogeneidade dos(as) avicultores(as), permitindo “enxergar” e diferenciar quem são os pequenos capitalistas e os reais trabalhadores(as) da avicultura.

Essa perspectiva analítica permite não só questionar o conceito de “pequeno(a) produtor(a)” como, igualmente, possibilita problematizar a ligação política que supostamente existe entre os pequenos proprietários e a burguesia agroindustrial. Isso porque, ao diferenciar camponeses(as) dos(as) pequenos(as) capitalistas, podemos entender que a continuidade dos primeiros nos contratos de integração não é mera questão de escolha, mas uma consequência das estratégias de dominação e controle do capital agroindustrial a partir da prática do endividamento. Isto é, a continuidade na integração não significa, necessariamente, apologia ao capital, mas se trata de questão de sobrevivência e permanência no campo, o que não significa que estes(as) não divirjam do agronegócio e da burguesia agroindustrial.

Todavia, estudar estas distintas inserções sociais na avicultura do ponto de vista das relações de trabalho e produção permite a compreender que são os(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) assalariados “granjeiros”, aqueles que realmente laboram nos aviários do

Oeste Paranaense e enfrentam as condições do trabalho ininterrupto e da permanente atenção com os aviários, exercendo longas jornadas de trabalho diárias. Tais condições não afetam os pequenos capitalistas já que estes assumem tarefas de gerência e supervisão, sendo que, no geral, não moram no campo. Ou seja, trata-se de papéis sociais absolutamente diferentes no âmbito da categoria “pequenos produtores” integrados à agroindústria avícola.

Perceber esse processo é particularmente importante para o entendimento de quem de fato são os(as) trabalhadores(as) do campo na avicultura. Pensamos que estes sujeitos sociais não necessariamente estarão na condição de apoiadores da burguesia agroindustrial e do agronegócio. O que é diferente com os pequenos capitalistas. Inclusive, compreendendo essa diferença, se pode apreender algumas narrativas de oposição às empresas e até mesmo a unificação de lutas entre operários e camponeses(as), que já ocorreram, por exemplo, em Forquilha e Nova Veneza no estado de Santa Catarina, no ano de 2013<sup>21</sup>. Defender e diferenciar a existência de camponeses(as) e pequenos capitalistas na avicultura do Oeste Paranaense é importante do ponto de vista político, pois os(as) camponeses(as) e “granjeiros” podem ser importantes na oposição às relações de integração e aliados dos operários fabris, terceirizados, informais, por vivenciarem degradantes e precárias condições de trabalho nos aviários, o que pode não os aproximar da burguesia agroindustrial e do agronegócio, diferentemente dos pequenos capitalistas que exploram o trabalho excedente.

## Referências

BELUSSO, D. A. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

BOSI, A. D. P. História das relações de trabalho da cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2000). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011.

CARVALHAL, M. D. **A territorialização da agroindústria avícola em São Paulo e Paraná: relações de trabalho e organização sindical**. 2014. 43 f. Relatório (Pesquisa Trienal) - Universidade Estadual Paulista, Ourinhos.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação: reflexão a favor dos camponeses**, 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, Mexico, n. 5, p. 15-31, jul./set. 1975.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 71-87, jul./dez. 2014.

<sup>21</sup> No ano de 2013 houve uma manifestação conjunta entre avicultores e abatedores de frangos em Forquilha e Nova Veneza (SC) que chamou a nossa atenção (ver especialmente a notícia disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/economia/2013/aumento-salarial-e-melhores-condicoes-de-trabalho-sao-reivindicacoes-para-a-avic/>>. Acesso em 08 nov. 2015.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 11, p.8-32.

HOBBSAWM, E. RUDE, G. **Capitão Swing**: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MELLO, C. V. D. "**Não tem hora e nem dia, não tem frio e não tem calor**": trabalho e trabalhadores em aviários, Toledo-PR. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. 2014. 77 f. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

SILVA, J. F. G. D. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

VARUSSA, R. J. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, A. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 167-178.

ZEN, R. T. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S. A**: controles, mediações e autonomia. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 24 de novembro de 2016.